



editorial

As reivindicações pela regularização fundiária dos territórios quilombolas não têm recebido a resposta que as comunidades esperam. Somente duas delas foram regularizadas desde o início do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A situação da Ilha da Marambaia (RJ) e Alcântara (MA), em que o grileiro é o próprio governo, parece estar longe de serem resolvidas. Além disso, dos R\$ 49,8 milhões reservados ao programa Brasil Quilombola nos orçamentos de 2004 e 2005, só cerca de 10% foram gastos até maio deste ano.

Por outro lado, o número de encontros, seminários, capacitações e políticas públicas voltados para os remanescentes de quilombos aumentou em todo o país. Prova disso foi a presença de representantes quilombolas de vários estados na consulta pública que discutiu necessidades das comunidades e preparou propostas para serem levadas à 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília. No encontro foram escolhidos 48 delegados quilombolas para representarem as comunidades na conferência.

Ainda em Brasília, mulheres de diversas comunidades participaram do 2º Encontro Mulheres Quilombolas: Gênero e Políticas Públicas para o Etno-desenvolvimento. Durante três dias, elas elaboraram projetos sobre atividades produtivas e debateram temas como assistência técnica e crédito rural. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul, as ações de despejo das comunidades de Caçandoca e Família Silva, respectivamente, foram impedidas devido à intervenção de órgãos públicos.

Podemos citar outros casos, mas devemos ressaltar que todos esses avanços são frutos da crescente capacidade de mobilização dos quilombolas, que vêm conseguindo dar cada vez maior visibilidade às questões envolvendo essas populações.

Nesse sentido, é importante que as comunidades percebam que não se pode ver o governo como um bloco homogêneo. Há esferas internas que atuam em favor dos movimentos sociais, enquanto outras vêm na contracorrente. Mas o certo é que, sem a titulação definitiva dos territórios, mesmo as ações positivas ficarão comprometidas.



• NACIONAL

NOVO CADASTRO DE COMUNIDADES

O Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (Ciga) da Universidade de Brasília (UnB) organizou o Segundo Cadastro Municipal dos Territórios Quilombolas do Brasil e concluiu que existem 2.228 comunidades espalhadas em 11 estados brasileiros.

O Ciga utilizou como fonte para o estudo órgãos públicos, documentos de representantes

de comunidades e pesquisas universitárias. O cadastro revela que mais da metade das comunidades quilombolas estão localizadas no Nordeste do país, com cerca de 1,4 mil territórios.

Fonte: Correio Braziliense e Diário de Pernambuco

HÁ VERBAS E FALTAM AÇÕES

Segundo uma pesquisa do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), dos R\$ 49,8 milhões reservados ao programa Brasil Quilombola nos orçamentos de 2004 e 2005, só cerca de

9,7% foram gastos até maio desse ano.

Em 2004 foram autorizados gastos de R\$ 19,4 milhões, divididos entre a Presidência e os ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Agrário. Do total apenas 25% da verba foi investido. Neste ano a verba do programa aumentou para R\$ 30,4 milhões e só 0,01% foi gasto até 13 de maio.

As ações do programa são de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e do MDA, que controla a maior parte da verba para titulação de

• CONSULTA QUILOMBOLA



entre os herdeiros sem registro de posse de terras e fazendeiro que se dizem proprietários legais. Enquanto o conflito não é solucionado, os quilombolas dependem de programas sociais do governo para amenizar os problemas como a falta de

luz elétrica, de saneamento básico, de escolas e postos de saúde.

A ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial participou da consulta e admitiu que sem a posse da terra é difícil trabalhar as demais políticas para os quilombolas. Mas enfatizou que o governo tem se esforçado para isso. A ministra da Seppir também afirmou que o país tem apenas 12 anos de trabalho com a política de quilombos.

Participaram do encontro representantes de nove ministérios. Agentes do Ministério da Educação incentivaram os municípios a apresentarem projetos para promover, com recursos federais, educação qualificada nas comunidades quilombolas. Segundo Matilde Ribeiro, o Ministério da Saúde também estabeleceu, por meio de portaria, que os municípios brasileiros que comprovarem a existência de quilombos poderão receber 50% a mais da verba destinada ao Programa Saúde da Família para o atendimento dessas comunidades.

A Consulta Pública Quilombola foi uma preparação para a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que reuniu 1.000 delegados. Neste encontro foram escolhidos 48 delegados quilombolas para representarem as comunidades na conferência.

Fonte: Adital e Correio Braziliense

PA

AUDIÊNCIA EM MARAJÓ

terras e indenizações. No ano passado o MDA possuía uma verba de R\$ 15 milhões para investimentos no programa, mas gastou apenas R\$ 1,8 mi. Já este ano a verba do ministério para o programa aumentou para R\$ 20,8 milhões, mas até maio o MDA só investiu R\$ 3.807. Assim, o governo Lula apenas titulou duas comunidades no país, localizadas no Pará.

O diretor de ordenamento fundiário do Incra, Marcos Kowarick, alega que, apesar de criado no final de 2003, o programa é novidade para os funcionários, que ainda estão em processo de acumulação de conceitos e conhecimentos para ganhar velocidade de produção.

Fonte: Folha de São Paulo

A cidade de Salvaterra, localizada na Ilha de Marajó (PA), foi sede de uma audiência pública realizada em maio com cerca de 200 pessoas. Quilombolas da região, pescadores e moradores de um acampamento reivindicaram o reconhecimento do território, terras para o trabalho e a garantia da pesca nas águas da Ilha de Marajó.

Segundo quilombolas das comunidades de Bacabal, Paixão e Salva, grande parte de suas terras foi vendida irregularmente e cercada, impedindo atividades de subsistência como agricultura e pesca. Uma das moradoras de Bacabal denunciou que fazendeiros ameaçam cercar as terras da região com cerca elétrica. Ao final do encontro, o ouvidor agrário e presidente da Comissão Especial de Combate à Violência no Campo, Gercino Filho, se comprometeu a passar uma semana na Ilha para investigar as irregularidades e garantir os direitos dos moradores. Também estiveram presentes autoridades que apoiaram as reivindicações apresentadas, a juíza Maria de Lourdes Costa, representantes da assembléia legislativa e do Incra.

Fonte: Associação de Universidades do AM

DANOS AO MEIO AMBIENTE E AOS QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas paraenses dos municípios de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Santarém sofrem com a degradação do meio ambiente. A denúncia foi feita ao jornal Estado de São Paulo por Manoel dos Santos, representante da associação de quilombolas do Pará. Segundo ele, no início de maio, 15 homens armados cortaram árvores nas terras, declaradas reserva ambiental. Santos disse que reivindicou durante uma semana à prefeitura de Óbidos providências contra madeireiros. Técnicos do Ibama e dois policiais militares prometeram visita ao local, mas não apareceram.

Fonte: O Estado de São Paulo

MA

PROPOSTA PARA ALCÂNTARA

Em maio de 2005 o MDA apresentou ao Movimento dos Atingidos pela Base e ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara a primeira proposta de regularização fundiária do território de quilombos e de expansão do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA). A proposta destaca as necessidades do país em entrar no circuito mundial de lançamentos para viabilizar o Programa Espacial Brasileiro. O documento pressupõe que é possível uma relação harmônica entre os projetos de expansão do CLA e de titulação dos territórios de quilombos.

O ministério quer até o final de 2005 titular as terras quilombolas, excluindo áreas que ficariam reservadas para a expansão do CLA. Mas o MDA afirma que a aprovação do projeto governamental depende da aprovação das comunidades, já que, após a declaração de propriedade emitida pelo Incra, há um

MULHERES QUILOMBOLAS SE REÚNEM EM BRASÍLIA

O II Encontro Mulheres Quilombolas: Gênero e Políticas Públicas para o Etnodesenvolvimento aconteceu em junho em Brasília. Durante três dias, mulheres de comunidades de todo o país elaboraram projetos sobre atividades produtivas e debateram temas como assistência técnica e crédito rural. As quilombolas também criaram planos para realizar a documentação civil e trabalhista das comunidades. "Vim buscar o conhecimento aqui para passar às mulheres de lá. Muitas vivem só para o lar", afirmou Giovanna Ramos, da comunidade de Curiaú, em Macapá (AP).

Fonte: Incra

Ubirajara Machado



II Encontro de mulheres quilombolas em Brasília

período de tempo para contestação e desapropriação de áreas que estiverem tituladas em nome de terceiros. As entidades parceiras das comunidades já declararam que não aceitam novos deslocamentos de quilombolas para implantar a expansão do CLA.

Fonte: Boletim Quilombo@.Jun.2005



Moradores Itamatatiaua/Alcântara

BA

PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLO CHEGA À BAHIA

Lançar na Bahia o programa governamental Brasil Quilombola foi o objetivo do encontro de quilombolas de cerca de 230 comunidades e autoridades governamentais realizado nos dias 14 e 15 de junho em Salvador (BA). Durante o evento, foram assinados convênios para a geração de empregos para jovens quilombolas, construção de moradias e complementação de renda. Também foram enviados para o governo relatórios com demandas para uma agenda de prioridade das comunidades baianas. Na Bahia, são mais de 500 comunidades identificadas pela FCP com cerca de 300 mil quilombolas.

O Brasil Quilombola foi lançado nacionalmente em março de 2003 e pretende resgatar os direitos das comunidades quilombolas, como saúde, educação, habitação e transporte. Na

Bahia estão previstas distribuições de cestas básicas e cadastros no bolsa-família como ações iniciais.

Fonte: Jornal A Tarde e Boletim Destaque Seppir. n. 41

MG

FEDERAÇÃO QUILOMBOLO

De 17 a 19 de junho a Federação Quilombola de MG, criada em março, se reuniu para uma assembléia com o objetivo de oficializar a fundação da entidade. Participaram cerca de 170 pessoas, entre elas quilombolas de aproximadamente 76 comunidades. Durante o evento, foi eleita a única chapa formada para disputar a diretoria da federação e os quilombolas expuseram problemas comuns entre as comunidades como a grilagem de terras, a escassez de políticas públicas e a falta de programas de geração de renda. A assembléia contou ainda com palestras de especialistas em comunidades remanescentes de quilombos.

Fonte: Cedefes e TN

ES

ENCERRADA A ETAPA DA PESQUISA DA UFES SOBRE QUILOMBOLAS

A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) concluiu os estudos sobre as comunidades de Linharinho e São Jorge por solicitação do Incra, como parte do processo de regularização de 10 territórios quilombolas localizados nos municípios de Conceição da Barra e São Mateus. O quilombo do Angelim reivindica terras ocupadas pela Aracruz Celulose já tem um estudo produzido pela Fundação Cultural Palmares em 2003. Os estudos da universidade que começaram em setembro

de 2004 contemplarão outras quatro comunidades na próxima pesquisa que se inicia em setembro de 2005.

Fonte: Século Diário

ARACRUZ E A LIBERDADE DE IMPRENSA

A Aracruz Celulose processou o jornalista Ubervalter Coimbra e o diretor Rogério Medeiros ambos do site Século Diário por publicar reportagens que acusam a empresa de apropriação de terras indígenas e quilombolas, e de cometer crimes ambientais. A defesa dos jornalistas foi apresentada no dia 2 de junho à juíza Larissa Pimental. O advogado de defesa pediu o arquivamento do processo e argumentou que a empresa deixou de usar o direito de resposta ao que considera calúnia e difamação no tempo previsto na lei, ou seja 60 dias. Segundo as reportagens, a empresa vem degradando o meio ambiente no Estado do ES há cerca de 30 anos, provocando danos às comunidades tradicionais. A Constituição Federal assegura o direito à manifestação do pensamento, à criação, à expressão e à informação, sob qualquer forma, processo ou veículo. Além disso, garante que nenhuma lei poderá ser obstáculo à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social.

Fonte: Site do Século Diário

RJ

BALCÃO DE DIREITOS BARRADO NA MARAMBAIA

No início de maio a Marinha negou a autorização para que a equipe do projeto Balcão de Direitos, de Koinonia, tivesse acesso à comunidade. Em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, o

Balcão é um projeto que presta assessoria jurídica, promove oficinas de Direitos Humanos e cidadania, além de iniciar um trabalho de documentação básica (carteira de identidade, CPF e título de eleitor) dos moradores. Segundo a Marinha, em virtude da existência de numerosos órgãos e instituições buscando acesso à Ilha da Marambaia, o assunto encontra-se na esfera do Ministério da Defesa. A falta de autorização para a entrada na ilha é um caso recorrente, que atingiu até mesmo o Incra, que foi impedido de demarcar as terras quilombolas na Marambaia.

Fonte: Observatório Quilombola



Ilha da Marambaia (RJ) - Foto: Rosa Peralta

SP

ÇAÇANDOCA IMPEDE DESPEJO DE QUILOMBOLAS

A comunidade de Caçandoca localizada no balneário de Ubatuba, litoral norte de São Paulo, conseguiu suspender um mandato de reintegração de posse de parte de suas terras. A liminar concedida pelo juiz local à imobiliária Urbanizadora Continental foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no dia 2 de junho. Além disso, o Incra deu início ao processo de titulação das terras da comunidade.

Segundo o presidente da Associação Remanescente de Quilombola da Caçandoca, Antonio

dos Santos, as pressões e ameaças para que as famílias deixassem as terras começaram no início da década de 1970. “Numa noite, incendiaram 16 casas. Duas crianças morreram”, recordou. Os quilombolas também acusam a imobiliária de outros incêndios e atos de intimidação. A imobiliária alega ter adquirido legalmente, em 1976, cerca de 240 hectares da área ocupada pela comunidade.

Mobilização

A comunidade de Caçandoca passou quase dois meses lutando contra o despejo. Para suspender o mandato de reintegração de posse os quilombolas se mobilizaram de diversas formas. Para denunciar a situação enviaram um abaixo-assinado para o Ministério Público, para a OAB e outros órgãos nacionais e internacionais e elaboraram um documento que foi entregue ao Incra, a Secretaria de Justiça, a Seppir e a Fundação Cultural Palmares. Diversas entidades da sociedade civil manifestaram seu apoio ao grupo e o Itesp (Instituto de Terra do Estado de São Paulo) entrou com uma medida cautelar na Justiça para impedir o despejo. Várias autoridades visitaram Caçandoca no período, entre elas o subsecretário de Justiça de SP.

Resposta do Incra

A partir da suspensão da liminar de reintegração de posse, o Incra reconheceu oficialmente que as terras de Caçandoca pertencem aos quilombolas e então iniciou o processo de regularização das terras, publicando no Diário Oficial da União uma portaria que determina o prazo de 90 dias para que a Urbanizadora Continental conteste a decisão.

O processo de desapropriação de Caçandoca agora aguarda a manifestação dos demais envolvidos. Ao mesmo tempo, está em andamento, desde 1999, uma Ação Discriminatória movida pelo governo do estado de SP para definir se o título de propriedade da empresa é autêntico ou se toda a área em disputa é pública.

Fonte: Diversas notícias reproduzidas no Observatório Quilombola.

RS

QUILOMBOLAS EM REDE

No dia 18 de junho foi lançado em Porto Alegre o projeto Quilombolas em Rede, uma iniciativa do Movimento Consciência Negra Palmares, da Assessoria para Economia Popular Solidária e da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul.

Fonte: Seppir

• FAMÍLIA SILVA

O quilombo da família Silva (Porto Alegre – RS) vive, desde dos anos 1990, uma disputa pelo território que ocupa junto com uma imobiliária. Estima-se que o terreno valha entre 7 e 10 milhões de reais. A situação se agravou a partir de junho de 2005 porque a comunidade quase foi despejada, mesmo com o processo de titulação das terras em andamento. Com o julgamento de uma ação de reintegração de posse favorável a outros proprietários, os quilombolas passaram a estar novamente ameaçados. O despejo foi suspenso por um juiz de Porto Alegre, pois o Incra havia pedido que o processo fosse julgado pela justiça federal. Como esta solicitação não foi apreciada, a reintegração de posse foi suspensa. A advogada da parte que reivindica a propriedade pretende encaminhar ao Incra um novo laudo antropológico comprovando que nunca houve um quilombo no local. Os historiadores que prepararão o estudo ainda não foram escolhidos. As contestações serão julgadas pelo conselho superior do Incra.



Elza Maria dos Santos, conhecida como Dona Miúda, é moradora de Linharinho e conta neste depoimento como vive a comunidade localizada no município de Conceição da Barra, na região Norte do Espírito Santo, e formada por cerca de 42 famílias. O testemu-

nho foi publicado originalmente em maio de 2005 na terceira edição do Boletim Quilombol@ - Cohre.

“Tinha grandes terras para os negros trabalharem. Aqui vivia a família do Ernesto, onde nós estamos hoje. O irmão pegava essa parte aqui e trabalhava até lá. Outro irmão trabalhava até lá. E vinha a família do João Cosme e vinha a família do Manuel Joaquim.

Antes da chegada da Aracruz, vieram várias firmas que também eram de eucalipto. A reflorestadora Krikaré. Os negros não tinham documentação das terras dos antigos porque era terra em comum. Cada um trabalhava e vivia um ajudando o outro, como a gente ainda vive aqui. O Estado foi passando essas terras.

Tiveram várias pessoas de mais alto nível, muitas pessoas que diziam que eram donas do poder, eram mandantes. Elas iam tomando as terras e repassando para a Reflorestadora Krikaré que, com o tempo, passou para a Aracruz Celulose.

Hoje, nós estamos todos impactados. Nossos animais foram acabando. Quem tinha gado, foi acabando. Galinha, cavalo. As ervas se perderam. Não temos mais. Não temos mais terras para trabalhar. Nossa preocupação é essa. A gente se preocupa muito com nossos filhos, com nossos netos e bisnetos. Estamos nessa luta.

A gente tinha um grupo de consciência negra para conscientizar o povo negro que, aqui, era muito discriminado. Em Conceição da Barra, os negros tinham até vergonha, pois eram muito

discriminados. Negro aqui era para apanhar. Em Linharinho, tivemos até casa de gente nossa queimada por pessoas da Barra. Depois, com essa terra aqui, dizendo que era do Estado. O Estado também teve culpa nisso. Foi se acabando tudo. Muita coisa foi se perdendo, pessoas indo embora, pois não tinham acesso a como trabalhar a terra.

Hoje, vocês vêem o Linharinho assim, pelo sacrifício que o pessoal está mantendo. Antes, a gente não usava lamparina, era a candeia. A gente pegava água no poço bem distante, não tinha acesso a nada. Hoje, graças a Deus, a gente, a comunidade, com o esforço da gente, o povo da comunidade, os que restaram, têm as coisas. Mesmo impactados pela Aracruz celulose, lutamos para não perder mais um pedacinho do que se tem.”

fique sabendo

PROJETOS EDUCACIONAIS PARA QUILOMBOLAS

Municípios que têm comunidades quilombolas poderão receber recursos para a formação e qualificação de professores, produção de material didático específico, construção de unidades escolares, melhoria física de prédios escolares, além da compra de mobiliário para as escolas, segundo a Resolução n.13 de 05 maio de 2005 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação.

Os critérios utilizados para selecionar os municípios que receberão os recursos são: ter terras tituladas, número de comunidades remanescentes de quilombos, número de crianças e pré-adolescentes fora da escola e número de crianças e pré-adolescentes.

As entidades privadas sem fins lucrativos e com experiência comprovada na elaboração de material didático também podem solicitar verba para a criação de materiais específicos para as áreas de remanescentes de quilombos. A assistência financeira será processada mediante apresentação de projetos educacionais, conforme normas do Manual de Orientação para Assistência Financeira aos Programas e Projetos - 2005.

Para maiores informações, visite a página do FNDE (www.fnde.gov.br) ou ligue para o serviço de atendimento ao cidadão: 0800-616161

Fonte: Ministério da Educação

um território - Comunidade Quilombola do Barro Preto

A comunidade de remanescentes de quilombos do Barro Preto está localizada no município de Santa Maria do Itabira, região do Vale do Aço, Minas Gerais. A comunidade, que anteriormente se chamava Córrego de Santo Antônio, adotou a denominação Barro Preto devido à prática de seus moradores de pintar a roupa de preto, durante os períodos de luto, usando barro, cipó e gabioba.

Segundo relatos de moradores, Barro Preto foi ocupada por volta da segunda metade do século XIX e teve suas origens na comunidade de Indaiá. Acredita-se que escravos fugitivos e outros já libertos vieram do Rio de Janeiro e da Fazenda das Pedras de Minas Gerais justamente com destino a essa localidade. Os primeiros habitantes teriam sido Tobias Pires, João Grigó da Silva, Francisco Acácio e Quitéria Carneiro, esta última a maior detentora de terras da comunidade.

Conta-se que o Governo concedeu terras às comunidades negras que se instalaram na região, mas os fazendeiros das proximidades se apoderaram delas por meios ilícitos, utilizando documentos falsos (processo conhecido como “grilagem”) e alegando que os que ali residiam não tinham título das propriedades. A apropriação das terras também se deu por meio de dívidas contraídas pelos quilombolas com os próprios fazendeiros, através de empréstimos financeiros ou de insumos necessários aos cultivos. Como os quilombolas não conseguiam pagar os empréstimos, suas propriedades lhes foram tomadas. Essas dívidas, porém, jamais corresponderam ao valor real das terras. Assim, através de pressões, intervenções de forças policiais e ameaças, além de manterem os quilombolas em áreas diminutas, obrigaram alguns a deixar suas terras de direito. Atualmente, a área ocupada pela comunidade restringe-se a dois hectares e somente uma minoria possui título de comprovação de posse.

A comunidade de Barro Preto tem sua cultura marcada pela capoeira, danças associadas ao batuque, umbigadas, quadrilha e festas, como a de Santo Antônio, padroeiro da comunidade, e a festa da Vigília de Natal. A organização dos habitantes é marcada pela associação de moradores, que leva o nome de Associação São Francisco de Barro Preto, fundada em 1986, bem como pelos grupos de capoeira e de artesãos.

Segundo depoimentos, os maiores problemas enfrentados pela comunidade são: ausência de espaço para o desenvolvimento de atividades; ra-

cismo; alcoolismo; gravidez na adolescência; falta de empregos; escassez de transporte; más condições da estrada; ausência de cursos superiores nas proximidades. Muitos desses problemas já foram relatados e encaminhados à prefeitura, mas até agora não houve resposta.

Atualmente há dois projetos sendo desenvolvidos na comunidade. O grupo Agentes Pastorais Negros (APN) está realizando um trabalho de resgate cultural, abordando a relação entre negros do Brasil e da África. Através do Conselho de Segurança Alimentar (Consea) foi estruturado o Programa Mutirão de Segurança Alimentar (Prosan), que tem como enfoque o incentivo às hortas comunitárias.

A comunidade ainda não foi reconhecida como remanescente de quilombo, embora haja adesão plena à causa por parte dos moradores de Barro Preto. Em abril de 2005, lideranças locais foram ao Incra e oficializaram a denúncia de ocupação indevida de seu território e do uso de terras para o plantio de eucalipto e criação de gado, que, entre outras coisas, prejudicam as suas roças.

Fonte: Equipe Quilombos Gerais – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes)

conheça



O livro Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos Territórios Quilombolas foi lançado em maio e faz parte da Coleção Negro Cosme, do Projeto Vida de Negro (PVN), desen-

volvido numa parceria entre a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA).

A publicação apresenta registros documentais que revelam como as lutas do movimento negro do Maranhão se deram no passado e como estas persistiram até hoje, agora assumindo a forma de organização dos moradores das comunidades negras rurais quilombolas.

Fonte: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN/MA)

um pouco de história

A REVOLTA DA CHIBATA

A Revolta da Chibata, ou a Rebelião dos Marinheiros, foi um levante armado liderado por João Cândido Felisberto, em 1910, contra os castigos físicos e por um melhor tratamento aos marujos. Naquela época, o uso do açoite como medida disciplinar era utilizado de forma recorrente na Marinha. Os marinheiros, de maioria esmagadora negra, eram obrigados a assistir seus companheiros serem espancados por determinação dos oficiais brancos.

João Cândido Felisberto era filho de ex-escravos, nascido em 1880, em Encruzilhada, Rio Grande do Sul, e entrou para a Marinha com apenas 14 anos. Nessa época, era permitida a entrada de menores, assim como eram recrutados alguns jovens com passagem pela polícia, embora este não tenha sido o caso de João Cândido. Sua capacidade de liderança logo despontou, fazendo dele o interlocutor dos marujos junto aos oficiais.

Uma viagem feita em 1910 para a Inglaterra consolidou as bases para o levante que acabaria com os castigos corporais na Marinha e colocaria para sempre o nome de João Cândido na história do Brasil. Nessa ocasião, ele e seus companheiros tomam conhecimento dos movimentos por melhores condições de trabalho dos marinheiros britânicos, em 1903 e 1906, e dos russos embarca-

dos no encouraçado Potemkin, em 1905. Ao retornar para o Brasil, como os castigos e os salários muito baixos continuavam, o clima para o levante estava armado.

No dia 22 de novembro, após assistirem ao castigo de 250 chibatadas do companheiro Marcelino Rodrigues, os marujos se rebelaram. Os insurgentes estavam a bordo de quatro navios, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Deodoro, e durante quatro dias estiveram ancorados ao longo da Baía de Guanabara, mantendo os canhões apontados para a cidade do Rio de Janeiro. O comandante do navio Minas Gerais, Batista Neves, foi morto juntamente com outros oficiais. Houve também baixas entre os marinheiros, embora não haja dados precisos.

O objetivo da revolta era simples, como afirmaram Gregório do Nascimento, que comandava o navio São Paulo, e o próprio João Cândido: acabar com os maus-tratos e melhorar a alimentação dos marujos. Foi enviada pelo rádio uma mensagem de João Cândido para o presidente Hermes da Fonseca, ameaçando bombardear a cidade e os navios que não aderiram à revolta, caso as reivindicações não fossem atendidas.

O pânico tomou conta da cidade. As pessoas fugiam tentando se salvar do ataque dos marujos

rebelados. Em apenas um dia, três mil pessoas saíram da cidade rumo a Petrópolis.

Sem alternativa, o governo aceitou a proposta do então senador Rui Barbosa, que atendia as exigências dos marinheiros e concedia anistia aos participantes do motim. Entretanto, assim que os marujos entregaram as armas, os novos comandantes dos navios revoltosos ordenaram a prisão de todos. Dos 18 que foram levados para a masmorra da ilha das Cobras, apenas dois voltaram vivos, entre eles, João Cândido, que deixou a ilha tuberculoso e mentalmente perturbado.

Ele conseguiu se restabelecer, mas as perseguições perduraram até o dia de sua morte, em 1969, com 89 anos. João Cândido passou o resto de sua vida como vendedor de peixes no entreposto do Rio de Janeiro, sem patente, sem aposentadoria e tendo seu nome como sinônimo de conspiração.

Seus parentes continuam aguardando a decisão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados sobre o processo de anistia e indenização para a família de João Cândido. Em 22 de agosto de 2003, o caso foi retirado da pauta de votação para uma modificação do texto, mas até hoje não foi retomado.

No começo da década de 70, João Bosco e Aldir Blanc compuseram o samba "Mestre Sala dos Mares", em homenagem ao herói negro. A Revolta da Chibata eternizou-se no mundo da música, embora não tenha obtido o mesmo reconhecimento nos registros históricos de nosso país:

"Glória a todas as lutas inglórias/que através da nossa história/não esqueçemos jamais/Salve o almirante negro / que tem por monumento/as pedras pisadas do cais."

Saiba mais:

O negro da Chibata, de Fernando Granato. Ed. Objetiva
História do Negro brasileiro, de Clóvis Moura. Ed. Ática

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ – TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras rurais. Também encontra-se em formato digital no site OQ: www.koinonia.org.br/oq. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Secretário-executivo de KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira

Coordenador para o Rio de Janeiro e Espírito Santo e editor do Informativo: José Mauricio Arruti

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Emília Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Marcio Alexandre M. Gualberto

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016
oq@koinonia.org.br



www.koinonia.org.br